

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.348.101 - RS (2012/0211591-8)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : UNIÃO**  
**EMBARGADO : LAURITA ZANLORENSI ZIMMERMANN**  
**EMBARGADO : LELIS MISAEL VIEIRA**  
**EMBARGADO : LILI SAIKI TOYOSHIMA**  
**EMBARGADO : LINA PINHEIRO MITTER**  
**EMBARGADO : LINEO VOIGT**  
**EMBARGADO : LUCIANA DE CASSIA HILGEMBERG**  
**EMBARGADO : LUIZ FERNANDO NICZ**  
**EMBARGADO : LUIZ MARCIO POZZI**  
**EMBARGADO : LUIZ PERARO**  
**EMBARGADO : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA**  
**EMBARGADO : JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA**  
**ADVOGADOS : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA (EM CAUSA PRÓPRIA)**  
**E OUTROS - PR019095**  
**JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA) E**  
**OUTROS - PR023510**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de divergência interpostos pela União contra acórdão proferido pela Segunda Turma desta Corte, relator Ministro OG FERNANDES, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO COLETIVA. SERVIDORES PÚBLICOS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A ação de execução de título judicial oriundo de ação coletiva prescreve no mesmo prazo da ação de conhecimento.
2. De outro norte, consolidou-se entendimento de que a liquidação é fase do processo de cognição, só sendo possível iniciar a execução se o título, certo pelo trânsito em julgado da sentença de conhecimento, estiver também líquido. Pacífica também a compreensão de que o protesto interruptivo tem o condão de interromper o prazo prescricional, que volta a contar pela metade.
3. No caso, a ação ordinária n. 95.00.16271-7 transitou em julgado em 8/3/2002, mas a decisão que fixou os critérios para a execução do título precluiu somente em 12/9/2003. Tendo sido ajuizado o protesto interruptivo da prescrição em 9/3/2007 e proposta a ação de execução em 22/1/2009, não se operou a alegada prescrição. Precedentes no mesmo sentido.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

A embargante aduz que o aresto recorrido divergiu de julgado da Primeira Turma – AgInt no REsp 1.429.240/PR, relator Ministro Benedito Gonçalves. A ementa sintetizou o julgado com o seguinte teor:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ANUÊNIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA

**SÚMULA 83/STJ.**

1. Caso em que o Tribunal de origem manteve a sentença ao fundamento de que o direito de execução, fundada em sentença condenatória contra a Fazenda Pública, prescreve em cinco anos, contados do trânsito em julgado, nos termos da Súmula 150/STF, incidindo, na espécie, o teor da Súmula 83/STJ.

2. Agravo interno não provido.

Sustenta que "a Segunda Turma, discorrendo genericamente sobre iliquidez do título afastou a prescrição da execução face ao mesmo protesto efetuado pelo SINDPREVS-PR, quando, em idêntica situação, e em título originário da mesma ação de conhecimento, a Primeira Turma acolheu e declarou a prescrição" (e-STJ fl. 1013).

Recurso admitido para discussão (e-STJ fl. 1083/1084).

Impugnação às e-STJ fls. 1093/1105.

Passo a decidir.

Não obstante os embargos de divergência tenham sido admitidos para discussão, da análise mais detida dos autos, verifica-se que não há similitude entre os julgados confrontados.

Com efeito, no aresto ora embargado, o relator – consignando que "a liquidação é fase do processo de cognição, só sendo possível iniciar a execução se o título, certo pelo trânsito em julgado da sentença de conhecimento, estiver também líquido" – entendeu que a execução não estava prescrita, uma vez que a liquidação só se encerrou em 2003, e o protesto interruptivo foi interposto em 2007, dentro do quinquênio legal.

Por sua vez, o aresto indicado como divergente registrou que, na hipótese daqueles autos, teria ocorrido a prescrição da pretensão executória, nos termos da Súmula 150 do STF, já que "entre o trânsito em julgado da execução e o protesto interruptivo transcorreria o prazo quinquenal", não tecendo nenhuma consideração quanto à questão da liquidação do feito.

Nesse contexto, em que pese o esforço da embargante, verifica-se que as hipóteses são díspares, já que o aresto paradigma tratou da prescrição sem tecer nenhuma consideração acerca da tese de que "a liquidação é fase do processo de cognição".

Feitas essas considerações, conclui-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Assim, a insurgência da embargante traduz mero inconformismo com o resultado da lide, o que não pode ensejar o conhecimento do presente recurso, nos termos da farta jurisprudência desta Corte sobre o tema, que afasta o conhecimento de embargos de divergência, quando não for atendido o comando ditado no art. 266 do Regimento Interno desta Corte. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR

PÚBLICO. PARCELA AUTÔNOMA DO MAGISTÉRIO - PAM. REAJUSTES. LEI ESTADUAL 10.395/95. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS ACÓRDÃOS CONFRONTADOS. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INDEFERIDOS LIMINARMENTE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática que, por sua vez, julgara recurso interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. A configuração do dissídio interno, que viabiliza a interposição de Embargos de Divergência, pressupõe que os acórdãos confrontados apresentem, além de similitude fática, discussão das teses jurídicas sob o mesmo enfoque legal - chegando a resultados distintos -, e sejam assentados sob o exame do mérito do recurso, porque não se prestam os Embargos de Divergência à discussão sobre a aplicação de regra técnica de admissibilidade do recurso. Precedentes do STJ.

III. No caso, em que pese os argumentos do agravante, certo é que os julgados confrontados carecem de similitude fático-jurídica. O acórdão embargado limitou-se a decidir que, nas ações em que se discute o recebimento de vantagem pecuniária, inexistindo manifestação expressa da Administração Pública, negando o direito reclamado, não ocorre a prescrição do direito de ação, mas tão somente das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação. Já o acórdão apontado como paradigma, oriundo da Segunda Turma do STJ, decidiu que a pretensão de revisão do ato de aposentadoria tem, como termo inicial, para fins de contagem do prazo prescricional, a concessão do benefício, pela Administração, de modo que, transcorridos mais de 05 (cinco) anos entre a inativação e o ajuizamento da ação, torna-se manifesto o reconhecimento da prescrição do chamado fundo de direito.

IV. Ainda que a ora agravante sustente que a pretensão da autora, ora agravada, consistiria na revisão dos seus proventos de aposentadoria, verifica-se que o acórdão embargado não decidiu sob esse enfoque, a impedir o reconhecimento da similitude fático-jurídica, necessário ao conhecimento dos Embargos de Divergência.

V. Ademais, não há que se falar em cabimento dos Embargos de Divergência, a teor da Súmula 168/STJ, quando a jurisprudência do Tribunal firmou-se no mesmo sentido do acórdão ora embargado, quando do julgamento do REsp 1.336.213/RS (Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 07/10/2013, sob o rito do art. 543-C do CPC/73).

VI. Agrapvo interno improvido. (AgInt nos EAREsp 969.109/RS, Relatora Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/03/2018).

Ainda, em hipótese similar a esta:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINARMENTE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. EXECUÇÃO. ACÓRDÃO PARADIGMA QUE NÃO GUARDA SIMILITUDE FÁTICA OU JURÍDICA COM O JULGADO IMPUGNADO. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Em casos de inexistência de similitude fática e jurídica entre o acórdão impugnado e os arestos paradigmas, como na hipótese em análise, a jurisprudência desta Corte tem determinado o não provimento do Recurso Uniformizador. Precedentes: AgInt nos EAREsp. 1.040.547/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJe 6.2.2018 e EDcl nos EAREsp. 1.070.020/TO, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 6.2.2018.

2. Agravo Interno da UNIÃO a que se nega provimento. (AgInt nos EREsp 1.351.560/RS, DJe 24/09/2018).

Por fim, registre-se que a finalidade dos embargos de divergência não é a de corrigir eventual erro ou injustiça do acórdão embargado, e sim a de pacificar a jurisprudência deste Tribunal, uniformizando o entendimento representado na tese jurídica mais acertada, situação essa que não se verifica na hipótese dos autos.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, NÃO CONHEÇO dos embargos de divergência.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

**MINISTRO GURGEL DE FARIA**

Relator

